

# Distante sonho de humanidade

59

*Comissão de Direitos Humanos da Câmara e ONGs realizam conferência para discutir avanços e falhas em um ano de programa*

Mauro Zanatta  
Da equipe do **Correio**

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), criado para dar uma satisfação às chacinas de 12 pessoas em Corumbiara (RO) e de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA), completa seu primeiro aniversário debaixo de muitas críticas. Poucas das 169 propostas de curto prazo previstas no PNDH foram colocadas em prática.

Organizações não governamentais (ONGs) ligadas à defesa dos Direitos Humanos e deputados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara (CDH) reclamam da falta de empenho e de interesse do governo federal em agilizar pelo menos 42 projetos de lei emperrados no Congresso.

“Os esforços para aprovar projetos ampliando os Direitos Humanos não têm contado com o peso da vontade da chefia do Executivo”, afirma o deputado Hélio Bicudo (PT-SP). Bicudo é autor do projeto de lei que transfere o julgamento de crimes cometidos por militares da Justiça Militar para a Justiça comum. O projeto 2190/96 foi aprovado com restrições pela Câmara

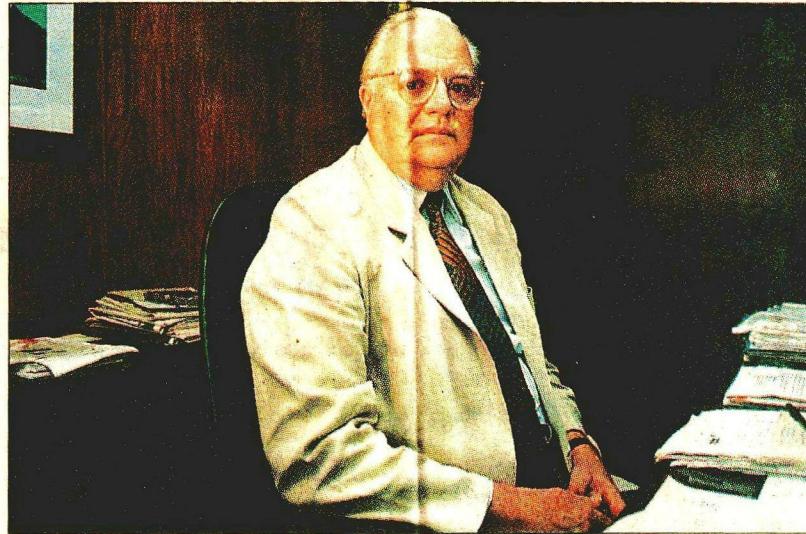
ra e agora deve enfrentar o poderoso lobby da Polícia Militar no Senado.

## CONFERÊNCIA

Para discutir os avanços e as falhas do primeiro ano de existência do PNDH, várias ONGs e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara (CDH) realizam a 2ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. “Mais do que o PNDH, a comoção e a indignação da opinião pública diante de massacres e atos de barbarismo tiraram alguns projetos da gaveta. Mas ainda é preciso avançar mais”, entende Pedro Wilson (PT-GO), presidente da CDH. Entre os avanços estão a lei que tipifica os crimes de tortura, o rito sumário para desapropriação de terras e a criminalização do porte ilegal de armas — antes considerado apenas contravenção.

As cenas de policiais militares torturando e extorquindo moradores em Diadema (SP) e na Cidade de Deus (RJ), a morte de 62 pacientes no Instituto de Doenças Renais, em Caruaru (PE), e o assassinato do pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo por cinco jovens bem-nascidos de Brasília, provam a tese.

Raimundo Paccó 11.08.95



*O secretário José Gregori: “Direitos Humanos era bandeira de abnegados”*

Mas o governo federal se defende. “Nunca no Brasil se deu status de política governamental à essa questão como nós estamos dando”, diz José Gregori, empossado secretário nacional de Direitos Humanos, no dia 7 de abril. “Esta é uma proposta para ser cumprida não em apenas um ano, mas ao longo do governo. Direitos Humanos era uma bandeira de meia dúzia de abnegados”, teoriza.

Gregori admite que os problemas não pararam no último ano. Ao contrário, acredita ele. “O governo enfrentou conflitos envolvendo sem-terra, índios, presos e PMs”, diz ele. Gregori tem certeza que seria mais difícil ainda se o PNDH não tivesse sido im-

plantado. E cita a *Operação Desarmamento*, no sul do Pará, como exemplo.

## VIOÊNCIA

A situação dos Direitos Humanos continua sendo complicada. Estatísticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) colocam o Brasil como terceiro país mais violento do mundo, atrás apenas de Colômbia e El Salvador. “Acho que houve avanços, que o balanço é positivo e por isso sou otimista”, diz Gregori. Segundo ele, seu grande desafio é convencer a classe política da importância dos Direitos Humanos.

As mudanças dependem do Congresso. Lá, a tramitação de projetos

de lei e emendas constitucionais na área é demorada, como prova o projeto de Hélio Bicudo. “Temos que contagiar a classe política. Os políticos poderiam entender que, além de tudo, defender os Direitos Humanos é bom perante à opinião pública, eleitoralmente”, sugere.

“O Estado não pode mais se omitir”, prega Paulo Sérgio Pinheiro, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP). Segundo Pinheiro, todo o peso das questões regionais é transferido para o presidente da República, mas deveria ser repartido com os poderes Judiciário e Legislativo.

Para Nilmário Miranda (PT-MG), ex-presidente da CDH da Câmara, falta vontade política na execução do Programa. “Na própria reforma administrativa, não se discutiu, por exemplo, mais recursos para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) saísse de seu estágio atual”, afirmou Miranda. Ele admite, porém, que o PNDH é um avanço, assim como a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Hoje, o ministro interino da Justiça, Milton Seligman, instala uma Comissão Especial para avaliar o modelo atual das PMs. O grupo, integrado por 18 representantes de vários ministérios, PMs, governos estaduais e Polícia Civil, analisará a proposta de Mário Covas, governador de São Paulo, que prevê a transferência do policiamento ostensivo da PM para a Civil.